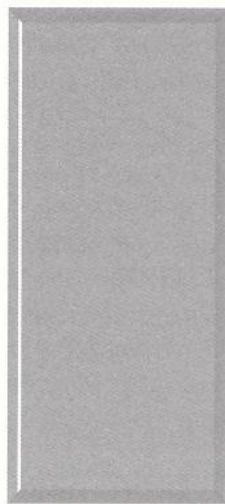


Manuel Antonio Munguía Payés (Uniso)

O ajuste no padrão de vida da classe média sorocabana no início do governo Lula



RESUMO

Nos primeiros três semestres do governo Lula a renda familiar continuou se deteriorando, embora seja possível verificar alguma recuperação, desde meados de 2004. A redução da renda familiar decorreu, de um lado, da forte pressão inflacionária (e sua herança) verificada no último trimestre de 2002 e, de outro, do agravamento do desemprego. O artigo estuda o ajuste no padrão de vida da classe média sorocabana, decorrente da deterioração da renda familiar, após a última eleição presidencial, isto é, no governo Lula. Foi aplicado um questionário a uma amostra por julgamento composta de 176 domicílios. A pesquisa revelou que, no governo Lula, piorou o padrão de vida da classe média sorocabana, cortando-se mais o supérfluo e menos o básico. Todavia, essa constatação é mais válida para as famílias mais ricas da classe média do que para as mais pobres.

Palavras-chave: padrão de vida; consumo da classe média; despesas familiares; orçamento familiar.

ABSTRACT

In the first three semesters of President Lula's administration the family income continued going down, even though its possible to see some recovery, since mid 2004. The reduction of the family income elapsed, from one side, due to the strong inflationary pressure (and its inheritance) verified in the last trimester of 2002 and, on the other side, due to the unemployment increase. The article studies the adjustment in the standard of living of the middle class citizens of Sorocaba city, elapsed by the decrease of the family income after the last presidential election, during President's Lula administration. It has been applied a questionnaire to a sample for composed judgment of 176 families. The research disclosed that, during President Lula's administration, the standard of living of the citizens of Sorocaba city has gotten worse, cutting more superfluous and less the basics. However, this verification is more valid to richer families of the middle class than to the poorer ones.

Keywords: living standard; middle class consumption; family's expenses; family budget.

Introdução

O ano de 2002 foi bastante singular para a economia brasileira. Na época, a crescente aversão ao risco dos mercados financeiros internacionais e as incertezas da sucessão presidencial puxaram a taxa de câmbio, que era de R\$ 2,32 em março, para R\$ 3,89, em setembro e a sustentaram em patamares acima de R\$ 3,50, durante seis meses. Nessas condições, exacerbaram-se as expectativas inflacionárias, ao mesmo tempo em que a pressão cambial era repassada inicialmente aos preços domésticos “dolarizados” e, por intermédio desses, contaminava os demais preços, com reflexos nos índices de inflação do quarto trimestre desse ano. O IPCA, que era de 0,72% em setembro de 2002, pulou para 1,31%, em outubro, e para 3,02%, em novembro.

A terapia foi uma política econômica contracionista adotada pelo governo FHC e reforçada pelo governo Lula. Como consequência, interrompe-se o crescimento do PIB e se dá lugar a uma recessão durante os dois primeiros trimestres de 2003, o que acabou agravando a taxa de desemprego e a renda, que já vinham-se deteriorando ainda no governo FHC.

Nesse macro-ambiente, que combina altas taxas de inflação e de desemprego com redução do rendimento real dos ocupados, o padrão de vida familiar tende a modificar-se, pois a queda da renda familiar obriga a adequar o orçamento, isto é, obriga às famílias a reduzir despesas. O artigo estuda o ajuste no padrão de vida da classe média sorocabana, decorrente da deterioração da renda familiar, após a última eleição presidencial, isto é, no governo Lula. Dois motivos parecem justificar o estudo. Primeiro, porque ajuda a entender a diferente evolução das vendas e emprego dos setores produtivos da economia. Segundo, porque ajuda a entender os custos sociais das decisões de política econômica.

O material utilizado foi colhido junto a uma amostra não-probabilística de 176 domicílios pertencentes a seis bairros julgados representativos da (tradicional e nova) classe média sorocabana: Jardim Prestes de Barros, Vila Hortência, Vila Independência, Jardim Paulistano, Vila Haro e Vila Augusta¹.

¹ Na escolha dos domicílios foram adotados dois procedimentos de campo. Primeiro, com base no mapa do setor censitário do IBGE, foi especificada uma rua de partida, selecionando-se o primeiro domicílio. A partir daí, em ziguezague, selecionavam-se os demais domicílios, respeitando o intervalo previamente definido de três domicílios. Segundo, em caso de recusa da entrevista ou ausência da dona-de-casa, selecionava-se o domicílio do lado.

Segundo o critério Brasil², 11% dos domicílios da amostra pertenciam à classe consumidora A; 50% à B; 33% à C; e 6% à classe D. Trata-se, portanto, de uma amostra não-probabilística por julgamento da classe média.

Um questionário estruturado foi utilizado como instrumento de coleta de dados³, para avaliar as mudanças no padrão de vida, a partir de dois aspectos do orçamento familiar: a) do lado das despesas gerais e b) do lado da refeição do almoço habitualmente consumida nos dias de semana, por considerar que essa refeição representa um indicador básico do padrão de vida das famílias. Para facilitar a entrevista, dividimos essa refeição em dois grupos de alimentos: as carnes ou, popularmente, a “mistura” e os demais alimentos, denominados o “arroz com feijão”, como ovos, feijão, arroz, macarrão, salada, legumes, etc.

O artigo está organizado em seis seções, além desta introdução. Na segunda seção discute-se a crise de desconfiança associada à sucessão presidencial e a política econômica contracionista adotada. Na terceira, a redução da renda real familiar. Na quarta, a relação teórica entre renda e padrão de vida. Na quinta, os resultados obtidos. E, finalmente, na sexta seção, apresenta-se a conclusão.

A crise de desconfiança e a política econômica

O ano de 2002 começou marcado pela aversão ao risco que crescia nos mercados financeiros internacionais, como consequência dos escândalos envolvendo grandes corporações americanas, a crise na Argentina, a perspectiva da guerra entre Estados Unidos e o Iraque e a perda do dinamismo

² O critério Brasil classifica os domicílios em diferentes classes segundo o consumo, isto é, a posse de determinados bens. A classe mais rica (A) dispõe de todos os bens, ao passo que a classe E, de apenas alguns. Embora esse método apresente limitações, tem vantagem operacional na hora da coleta da informação.

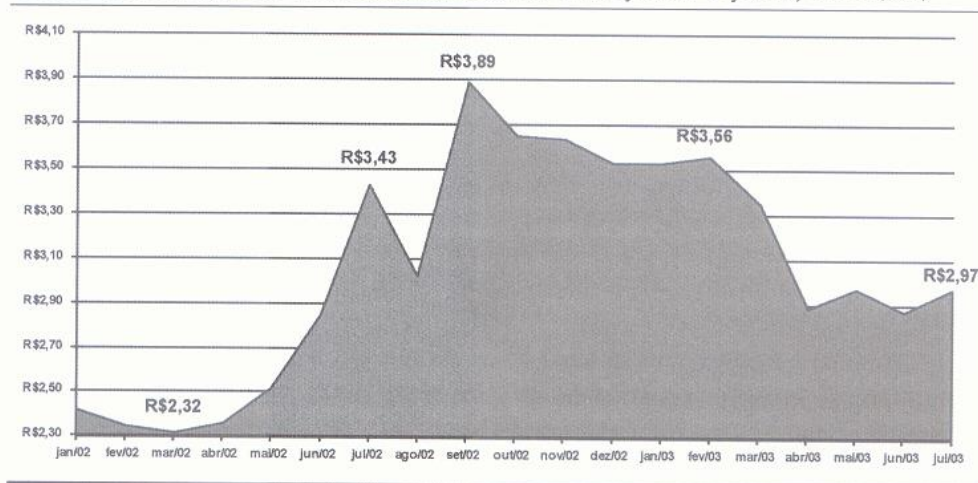
³ O questionário comportou questões fechadas (as respostas possíveis constavam no questionário); semi-abertas (as respostas possíveis constavam no questionário, mas a resposta fornecida requeria justificativa ou explicação do entrevistado); dicotômicas (resposta sim ou não) e encadeadas (a segunda pergunta dependia da resposta da primeira). O método de entrevista utilizado foi o contato pessoal. Optou-se por entrevistar apenas as donas-de-casa, por entendermos que era o membro familiar que melhor poderia responder ao questionário. Finalmente, as entrevistas foram realizadas nos períodos da manhã (entre 9 e 11h.) e da tarde (entre 14 e 17 h), durante os dias de semana da primeira quinzena do mês de julho de 2004.

da recuperação das economias americana e européia. Nesse ambiente, o Brasil apresentava-se particularmente arriscado em face das incertezas geradas pela sucessão presidencial. Na época, as pesquisas de intenção de voto davam liderança a Lula, candidato de oposição, que prometia mais emprego e renda e mudanças na política econômica. Dúvidas surgiram sobre as políticas monetária e fiscal que adotaria o governo Lula, criando um clima de desconfiança sobre a capacidade de pagamento das dívidas interna e externa. Isto prejudicou o financiamento externo da economia.

A redução dos fluxos de capital para a economia brasileira em 2001/2002 foi dramática. Até o final de outubro, o saldo da conta capital e financeira (o financiamento líquido do balanço de pagamentos, excluídas as operações de regularização) caiu de US\$ 18,5 bilhões para US\$ 0,5 bilhão na comparação com o mesmo período do ano anterior. Esse não foi certamente um fenômeno isolado no contexto internacional. Para o conjunto dos países emergentes, os fluxos de capital em 2002 atingiram seu nível mais baixo desde 1992, início do ciclo de expansão da liquidez internacional, cujo pico ocorreu em 1997. Para o Brasil, a queda no financiamento externo foi agravada pelas incertezas de um ano eleitoral e pelos elevados níveis das dívidas pública e externa (IPEA, 2002, p. VI).

Como consequência da redução do financiamento externo, dos ajustes nos portfólios e saída de capitais, e a despeito do acordo com o FMI, que

Gráfico 1. Evolução da taxa cambial nominal entre jan/02 e jul/03, em R\$/US\$



Fonte: IPEA. IPEADATA. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br>>. Acesso em: 20 set. 2004.
Obs.: dólar comercial venda fim de período.

em tempo recorde emprestou U\$ 30 bilhões de dólares ao governo FHC, a taxa cambial pulou a patamares inimagináveis no início daquele ano.

Note-se no gráfico 1 que, no ano de 2002, a taxa cambial⁴ saltou de R\$ 2,32, em março, para R\$ 3,89, em setembro, o que representou uma desvalorização nominal de 68% em apenas seis meses! Mais ainda, o câmbio permaneceu acima de R\$ 3,50 durante setembro de 2002 até fevereiro do ano seguinte, até estabilizar-se a partir de abril, ao redor dos R\$ 3 reais.

A expressiva desvalorização cambial, com a taxa cambial acima de R\$3,50 reais, durante seis meses, representou para a economia um “choque de oferta” que acirrou as expectativas inflacionárias e alimentou a inflação via contágio dos preços de insumos, peças e componentes importados, commodities (algumas com importantes impactos no custo da cesta básica, como carnes de boi e frango, trigo, açúcar, café e papel higiênico⁵), bens e serviços administrados, entre outros. O gráfico 2 permite constatar a singular escalada inflacionária que se desenhou entre o segundo semestre de 2002 e o primeiro de 2003. Repare-se que a taxa de inflação medida pelo IPCA, que era de 0,72% em setembro de 2002, pulou para 1,31% em outubro, e para 3,02%, em novembro, caindo posteriormente, mas permanecendo relativamente alta até abril do ano seguinte. Essa escalada elevou o IPCA, em 2002, para 12,53%, contra 7,67% em 2001, e ainda, através da inércia inflacionária associada à alta inflação dos últimos três meses de 2002, contaminou o ano de 2003, quando o IPCA foi de 9,30%.

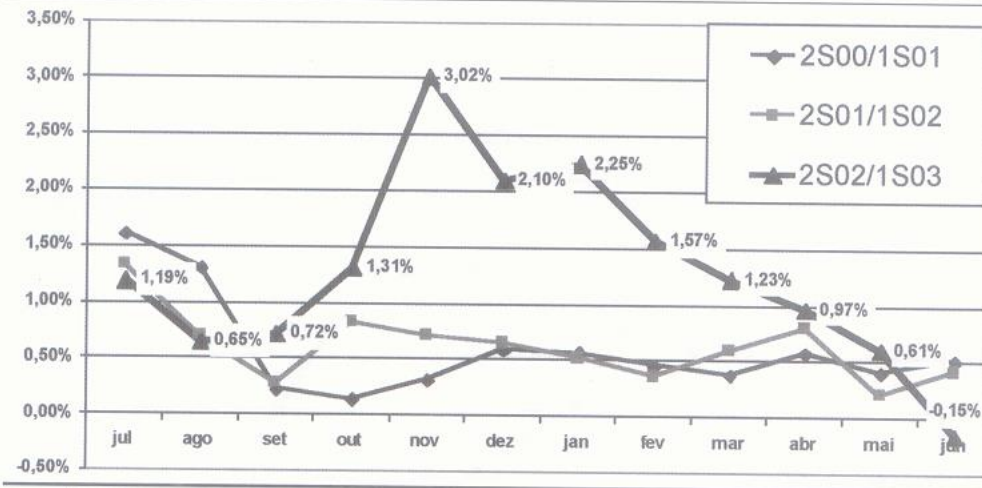
A “terapia” veio em meados de outubro de 2002, quando o Copom (Comitê de Política Monetária) decidiu adotar uma política monetária restritiva.

O aumento da projeção de inflação para acima da meta ajustada para 2003 recomenda uma política monetária mais restritiva, mesmo que a causa primária da inflação não esteja relacionada com um aumento da demanda, mas sim com o efeito sobre os preços domésticos de uma depreciação cambial significativa. Uma política monetária mais restritiva diminui o repasse da desvalorização cambial para os preços e melhora as expectativas de inflação (COPOM, 2002).

O gráfico 3 mostra que a taxa Selic se elevou a partir de outubro, até atingir 26,5% ao ano, no mês de fevereiro de 2003, permanecendo nesse

⁴ Taxa de câmbio comercial para venda cotada no final do período.

⁵ O custo da cesta básica na cidade de Sorocaba-SP elevou-se 23,31 % apenas no segundo semestre de 2002.

Gráfico 2. Evolução do IPCA entre 2000 e 2004, em %

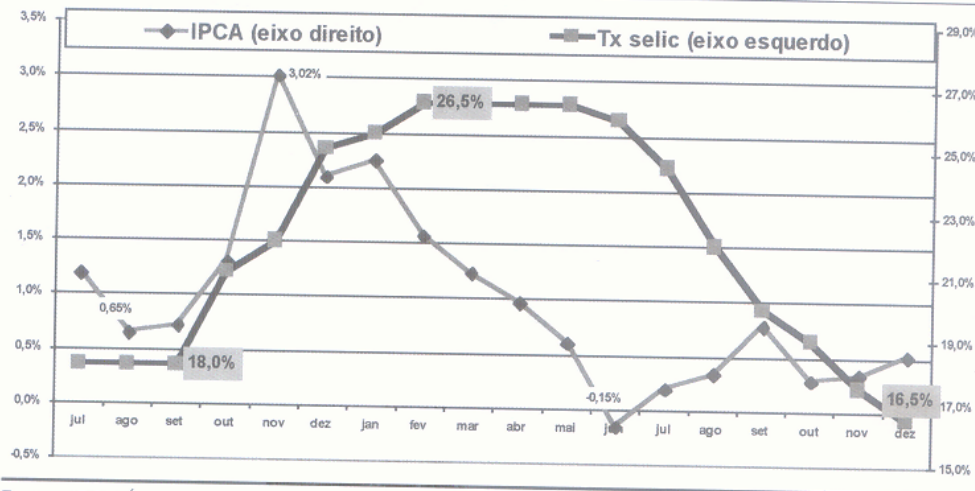
Fonte: IBGE. Índice de preços. Disponível em: < <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/>>. Acesso em: 20 set. 2004.

nível até maio, muito embora a inflação cedesse desde dezembro de 2002. O caráter contracionista da política monetária incluiu o aumento do compulsório sobre depósitos. Em fevereiro de 2003 o Copom reforçou essa medida, subindo de 45% para 60% dos depósitos à vista, “de forma a contribuir para o recuo mais acentuado da inflação nos próximos meses e diversificar os instrumentos de política monetária” (COPOM, 18 fev. 2003). Em paralelo, ainda em 2002, foi elevada a meta de superávit primário para o setor público não-financeiro consolidado de 3,50% do PIB para 3,75% e, posteriormente, já no governo Lula, para 4,25%. O aperto fiscal, de um lado, dava consistência ao aperto monetário na medida em que angariava os recursos necessários ao pagamento da conta extra de juros da dívida pública e sinalizava, adicionalmente, uma dinâmica favorável da relação dívida/PIB e, de outro, contribuía na tentativa de recuperar a credibilidade da política econômica junto a investidores e especuladores.

A necessidade de recuperar a “credibilidade” do país foi e é utilizada como justificativa número um para a manutenção e mesmo a exacerbação, neste início de governo, da política econômica operada pelo governo FHC...As autoridades econômicas deixaram muito claro, desde o início da gestão Lula, que seria esse o modelo a ser seguido e que, portanto, a recuperação da economia do país, a retomada do crescimento e a redução do desemprego teriam que se encaixar dentro dessas regras ou então não se efetivariam (PAULANI, 2003, p.60-61).

Apenas em junho de 2003, quando houve deflação (-0,15%) e a atividade econômica dava claros sinais de recessão, o Copom iniciou consecutivas reduções da taxa Selic, até cair para 16,5%, em dezembro de 2003.

Gráfico 3. Evolução das taxas Selic e IPCA entre jul/02 e dez/03, em %



Fontes: IBGE. Índice de preços. Disponível em: < <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/>>. Acesso em: 20 set. 2004; BCB (2004).

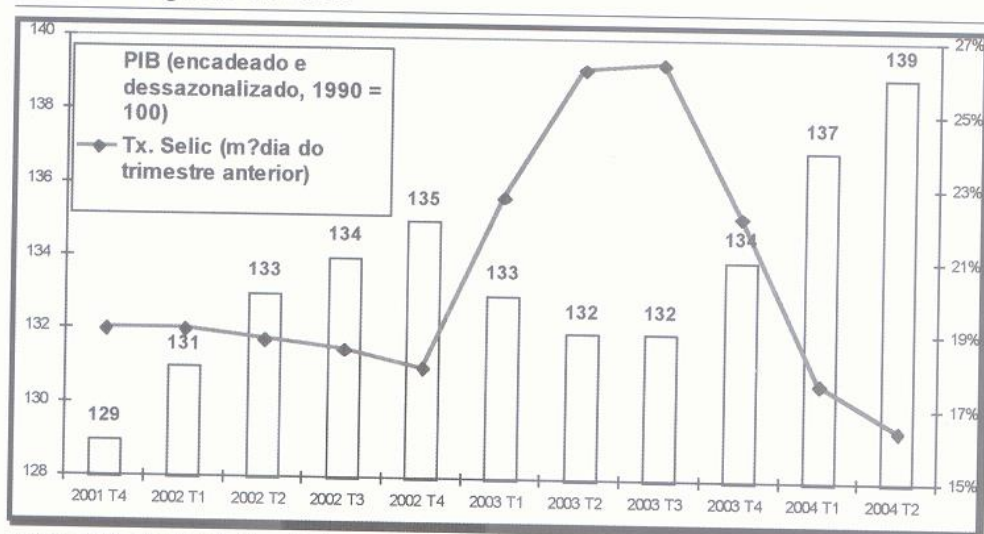
A redução da renda

Essa política econômica contracionista, que ganhou credibilidade junto aos mercados e reduziu o gasto agregado na economia, conseguiu diminuir a inflação, mas à custa de uma recessão que se manifestou no primeiro semestre de 2003. Note-se no gráfico 4 que o PIB cresceu durante todo o ano de 2002 sob o impulso da redução gradual da taxa de juros que vigorou no trimestre imediatamente anterior⁶. Todavia, a decisão do governo de elevar a taxa de juros a partir do quarto trimestre de 2002 fez cair o PIB nos dois primeiros trimestres do ano seguinte. A recuperação se iniciou no terceiro trimestre de 2003, sob o impulso do crescimento das exportações e da redução gradual da taxa de juros. Entretanto, pelo menos até o primeiro

⁶ O gráfico 4 relaciona o PIB trimestral dessazonalizado com a média da taxa Selic adotada pelo Copom no trimestre imediatamente anterior.

semestre de 2004, foram tímidos os impactos benéficos dessa recuperação sobre a taxa de desemprego e os rendimentos das pessoas ocupadas. A tabela 1 mostra que a taxa de desemprego total na região metropolitana de São Paulo, que vinha crescendo no governo FHC, eleva-se mais ainda no governo Lula, passando de 19,30% no primeiro semestre de 2001 para 19,83% no mesmo período de 2004. Repare-se que o rendimento médio real das

Gráfico 4. Evolução do PIB e da taxa Selic entre o quarto trimestre de 2001 e o segundo de 2004.



Fontes: IPEA. IPEADATA. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br>>. Acesso em: 20 set. 2004; BCB (2004).

Tabela 1. Evolução da taxa de desemprego, rendimento médio real e vendas físicas entre 2000 e o primeiro semestre de 2004.

Período	Taxa de desemprego total - RMSP	Rendimento médio real - Brasil (R\$ mil)	Índice geral de vendas físicas - Brasil (2003 = 100)
2000	17,67	986	106,20
2001	17,51	958	104,50
2002	18,97	970	103,80
2003	19,88	846	100,00
1.º Sem/02	19,30	950	99,25
1.º Sem/03	19,82	865	93,78
1.º Sem/04	19,83	833	102,53

Fontes: Seade. Pesquisa de emprego e desemprego. Disponível em: http://www.seade.gov.br/cgi-bin/pedmv98/ped_01.ksh. Acesso em: 20 set. 2004; IBGE. Pesquisa mensal de emprego e Pesquisa mensal do comércio. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/>>. Acesso em: 20 set. 2004.

pessoas ocupadas no Brasil, que também vinha caindo no governo FHC, reduz-se mais ainda no governo Lula, baixando de R\$ 950 reais no primeiro semestre de 2001 para R\$ 833 em período de 2004, representando uma redução percentual de 12,3%. Todavia, puxada pela melhora nas condições de crédito, as vendas físicas apresentaram pequena, mas clara recuperação no primeiro semestre de 2004.

Renda e padrão de vida

A alta na taxa de desemprego, juntamente com a forte pressão inflacionária, corroeu a renda real das famílias. A teoria microeconômica (GARÓFALO, 1995; EATON, 1999; PINDYCK; RUBINFELD, 2002; VARIAN, 2003) esclarece as conseqüências esperadas no padrão de vida das famílias, quando a renda real diminui como conseqüência tanto do processo inflacionário (que corrói a renda corrente e a capacidade de endividamento) quanto do arrefecimento do emprego familiar, isto é, em face da redução do número de membros familiares empregados. Por padrão de vida entende-se a cesta de bens e serviços adquirida (para satisfazer as necessidades básicas e não-básicas) com a renda corrente disponível e capacidade de endividamento de cada família.

Primeiro, espera-se que o padrão de vida fique menos farto, pois, ao cair a renda real, diminui a quantidade de bens e serviços comprada pelas famílias. Também se espera que o padrão de vida perca "qualidade". A piora na qualidade não se refere às características nutricionais dos alimentos ou à durabilidade dos materiais dos bens, mas à compra de mais bens "inferiores", isto é, de bens e serviços que, por serem mais baratos, têm seu consumo elevado a partir de certo nível de renda e à medida que ela cai, ainda que não gozem da preferência familiar. Em contrapartida, a compra de bens "superiores" ou "normais", por estes serem mais caros, tem seu consumo reduzido, embora goze da preferência familiar. Isto significa, simplesmente, que o aumento do consumo de bens inferiores, bem como a redução do de bens superiores, associam-se à redução do poder de compra das famílias.

A mudança no padrão de vida, comprando mais bens inferiores em prejuízo dos superiores, é reforçada à medida que o processo inflacionário acentua as modificações nos preços relativos. As famílias, concomitantemente com a redução de compras, iriam substituindo os bens e serviços,

cujos preços relativos aumentaram (que se tornam superiores), por outros que ficaram relativamente mais baratos (que se tornam inferiores).

Em resumo, quando a renda real diminui, espera-se que o padrão de vida das famílias piore em qualidade (aumenta a compra de bens inferiores e cai a de bens superiores, especialmente a de bens de “luxo”) e em fartura (diminui a quantidade de bens e serviços comprados).

Os resultados obtidos

Observemos, primeiro, o padrão de vida do ponto de vista do comportamento das despesas gerais do orçamento familiar. A resposta à questão “após a última eleição presidencial houve necessidade de reduzir despesas” evidenciou que, em 117 domicílios (67% da amostra), houve compressão das despesas familiares; em 46, houve manutenção (24%); e, em 16, houve aumento (9%). A seguir, foram mostrados num círculo os diversos tipos de despesa e foi solicitado às donas-de-casa que indicassem as três principais que sofreram alteração (reduzidas ou aumentadas) no orçamento familiar. O resultado dos domicílios onde se reduziram as despesas consta na tabela 2. Note-se que entre as três principais despesas cortadas destacaram-se lazer, vestuário e calçado. Com efeito, entre os 117 domicílios que comprimiram o orçamento, 70% cortaram lazer e 62%, vestuário e calçado, representando, respectivamente, 46% e 41% da amostra. Em contrapartida, poucas famílias

Tabela 2. Percentual de domicílios segundo as três principais despesas reduzidas durante o governo Lula

Despesas	1.º	1.º	3.º	% que respondeu (117)	% da amostra (176)
Lazer	24%	28%	17%	70%	46%
Vestuário e Calçado	28%	22%	12%	62%	41%
Despesas Diversas	10%	15%	12%	37%	25%
Despesas com Dívidas	3%	7%	18%	28%	19%
Transporte	9%	7%	11%	27%	18%
Serviços Pessoais	1%	9%	16%	25%	17%
Alimentação	7%	5%	3%	15%	10%
Habitação	7%	2%	4%	13%	9%
Educação	5%	3%	1%	9%	6%
Fumo e Bebida	0%	3%	3%	6%	4%
Higiene	3%	0%	2%	4%	3%
Saúde	3%	0%	1%	4%	3%
Total	100%	100%	100%	–	–

cortaram despesas como saúde, higiene, fumo e bebida. É interessante notar que entre os 16 domicílios que elevaram as despesas, nenhum alterou saúde, higiene e fumo e bebida, apontando que se trata de despesas inelásticas às variações de renda. Já as despesas com dívidas, vestuário e calçado, educação, alimentação e habitação foram elevadas, respectivamente, em 63%, 56%, 50%, 44% e 38% desses domicílios.

Observemos, agora, o padrão de vida sob a ótica da refeição do almoço habitualmente consumida nos dias de semana. Os dados mostram que em 51 domicílios (29% da amostra), houve alteração na compra de tipos e cortes de carne. Os motivos que levaram as famílias a essa mudança estão apresentados na tabela 3. Observe-se que o motivo "redução da renda e emprego" foi alegado por 35 domicílios que passaram a comprar carnes mais baratas, representando 20% da amostra⁷.

Tabela 3. Domicílios que mudaram as compras de tipos e cortes de carne durante o governo Lula, segundo o motivo

Carnes	Domicílios	% que respondeu (51)	% da amostra (176)
Carnes mais baratas	40	78%	23%
Redução Renda/Emprego	35	69%	20%
Saúde	5	10%	3%
Carnes mais caras	2	4%	1%
Aumento Renda/Emprego	2	4%	1%
Carnes equivalentes	9	18%	5%
Aumento Renda/Emprego	1	2%	1%
Saúde	6	12%	3%
Preferência	2	4%	1%
Total	51	100%	29%

Tabela 4. Domicílios que reduziram as compras (quantidade) de carne durante o governo Lula, segundo o motivo

Motivos	Domicílios	% que respondeu (49)	% da amostra (176)
Família menor	23	47%	13%
Redução Renda/Emprego	22	45%	13%
Saúde	2	4%	1%
Preferência	2	4%	1%
Total	49	100%	28%

⁷ Esses domicílios (20% da amostra) cortaram uma parte da despesa com alimentação (substituição de tipos e cortes de carnes mais caras por outras mais baratas) e não toda a despesa com alimentos. Por essa razão esse percentual difere daquele apresentado na tabela 1, em que a redução da despesa com alimentação foi considerada uma das três principais em 15% dos domicílios.

A tabela 4 apresenta os 49 domicílios (ou 28% da amostra) em que houve redução na quantidade comprada de carnes. Note-se que isso decorreu principalmente de mudanças no tamanho da família (47%) e da deterioração da renda e emprego familiar (45%), representando 22 domicílios ou 13% da amostra.

A tabela 5 apresenta os motivos dos 36 domicílios que reduziram as compras de “arroz com feijão”. Novamente o tamanho da família constitui o principal motivo dessa mudança. Todavia, observe-se que a “redução da renda e emprego” explica 11 dos 36 casos, ou 6% da amostra.

Tabela 5. Domicílios que reduziram as compras (quantidade) de arroz + feijão durante o governo Lula, segundo o motivo

Motivos	Domicílios	% que respondeu (36)	% da amostra (176)
Família menor	15	42%	9%
Redução Renda/Emprego	11	31%	6%
Reeducação alimentar	2	6%	1%
Saúde	1	3%	1%
Outros Motivos	7	19%	4%
Total	36	100%	20%

Por último, a tabela 6 esclarece que o corte nas despesas básicas foi realizado mais pelos setores mais pobres da classe média do que pelos mais ricos. Com efeito, à medida que a renda cai (isto é, passamos da classe A para a D) nota-se que cresce a percentagem de famílias que comprimiram predominantemente as despesas básicas. Isto também se constata quando se observa a redução na compra de carnes e de “arroz com feijão”. Entretanto, essa relação não se observa entre os domicílios que passaram a comprar carnes mais baratas. Neste caso, a percentagem de domicílios é ligeiramente decrescente à medida que a renda cai, indicando que as famílias que

Tabela 6. Percentagem de domicílios, por classe, que reduziram as despesas básicas e as compras de carnes e de A+F e compraram tipos/cortes de carnes mais baratas, durante o governo Lula em face da redução da renda e emprego.

Discriminação	A	B	C	D
Reduziram despesas básicas	11%	24%	45%	100%
Reduziram compras de carnes	0%	13%	14%	27%
Reduziram compras de A+F	0%	6%	7%	18%
Compraram tipos/cortes de carnes +baratas	21%	20%	19%	18%

Obs.: Incluíram-se nas despesas básicas os domicílios que reduziram saúde, higiene, fumo e bebida, educação e habitação.

mudaram a “qualidade”, isto é, passaram a comprar tipos e cortes de carne mais barata, não pertenciam apenas às classes mais pobres.

Conclusão

Julga-se que a amostra de domicílios, embora não constitua uma amostra aleatória, representa adequadamente a classe média sorocabana e permite tecer a seguinte conclusão: o ajuste no padrão de vida deu-se no sentido apontado pela teoria microeconômica: quando a renda cai, piora o padrão de vida, cortando-se no orçamento mais o supérfluo e menos o básico. Com efeito, analisando-se o orçamento, verifica-se que as famílias reduziram principalmente as despesas com lazer, vestuário e calçado. Trata-se de tipos de despesa em que bens e serviços superiores estão fortemente presentes (viagens e moda, por exemplo). Por outro lado, preservaram mais as despesas básicas como saúde, higiene, fumo, bebida e alimentação. Além disso, observando-se a refeição do almoço durante os dias de semana, constatou-se que essa refeição piorou em “qualidade” e fartura para uma parcela das famílias. Entretanto, a maioria das famílias continuou comprando os mesmos tipos e cortes de carne e a mesma quantidade de antes do governo Lula, isto é, a despeito da redução de renda, a maioria não alterou nem a qualidade nem a fartura do seu almoço. Verificou-se, ainda, que as despesas com saúde, higiene, fumo e bebida são inelásticas às variações de renda.

Todavia, a relação constatada entre a redução da renda familiar e a piora no padrão de vida, podendo mais o supérfluo e menos o básico, é mais válida para as famílias mais ricas da classe média do que para as mais pobres, sugerindo que o ajuste no padrão de vida das classes mais pobres se concentrou no básico.

REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Boletim do Banco Central do Brasil*. Brasília: BCB, v. 40, n.7, jul. 2004. Disponível em: <www.bcb.gov.br/htms/boletim.htm>. Acesso em: 22 set. 2004.

COMITÊ DE POLÍTICA MONETÁRIA – COPOM. *Ata da 76ª Reunião do Copom*. Brasília: BCB, 14 out. 2002. Disponível em: <www.bcb.gov.br/htms/boletim.htm>. Acesso em: 02 mai. 2002.

- EATON, B. Curtis; EATON, Diane F. *Microeconomia*. São Paulo: Saraiva, 1999.
- FUNDAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ADMINISTRATIVO – FUNDAP. *Indicadores DIESP*. São Paulo, v. 13, n.100, maio/jul. 2004. Disponível em: <www.fundap.sp.gov.br>. Acesso em: 27 set. 2004.
- GARÓFALO, Gilson de Lima. *Teoria microeconômica*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1995.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. *Boletim de Conjuntura*. Brasília, n.59, out/nov. 2002. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br>. Acesso em: 20 de set. 2004.
- PAULANI, Leda M. Brasil. Delivery: a política econômica do governo Lula. *Revista de Economia Política*. São Paulo, v. 23, n. 4 (92), p. 58-73, out-dez. 2003.
- PINDYCK, Robert S.; RUBINFELD, Daniel L. *Microeconomia*. 5. ed. São Paulo: Prentice Hal, 2002.
- VARIAN, Hal R. *Microeconomia: princípios básicos*. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

Endereço do autor:

Rodovia Raposo Tavares, km 92,5
Universidade de Sorocaba – Cidade Universitária
Tel.: (15) 2101-7063
E-mail: manuel.payes@uniso.br